

Chronica do Exilio

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Espreza Editoria "Chronica do Exilio", 7, rue Laffite, PARIS
Telephone : 324-26

PREÇO DA ASSIGNATURA <i>(Frasco da parte)</i> Pagamento adiantado	Ano	Fr. 14 "
	Sensestre	— 7.50
	Número avulso	— 0.30

ENTREVISTA

com

S. M. EL-REI D. MANUEL II

(Continuação do nº. 16)

DAS tem feito tudo no sentido de as agravar. A legislação insensata, elaborada com a mais radical ignorância dos phenomenos economicos e das suas leis, os desastres economicos e financeiros que tem desencadeado, a sua hostilidade declarada contra todos os fautores da riqueza publica, as proprias palavras levianas, porventura inconscientes mas tão excessivamente repetidas, dos politicos que ali exercem a função d'estadistas — tudo isto traduzindo-se na paralyzação do trabalho, na desvalorização da propriedade, no justificado retrahimento do capital, desassegardo e incerto do dia d'amanhã, no depauperamento das forças productoras, em absurdos e exhaustivos augmentos d'impostos e no encarecimento geral da vida — é de molde a lançar as camadas mais desprotegidas n'uma situação d'angustiosa miseria que pode gerar todos os desesperos.

Considerando a par d'isto a effervescentia revolucionaria, sem objectivo determinado, que a Repu-

blica tem cuidadosamente alimentado no seio das multidões — porque os governos republicanos sabem muito bem que o seu regimen não pode subsistir senão no estado de violencia e enquanto esta durar — deprehende-se que a questão social se nos apresentará amanhã sob um aspecto bem mais difficil e melindroso do que antes da tormenta republicana. Para tratar d'um mal é preciso reconhecer-o em toda a sua intensidade.

Em todo o caso — concluiu S. M. com um tom muito peremptorio — este problema não pode deixar de ser um dos que constituam as maximas preoccupações da Monarchia quando reintregada no governo da Nação; e n'outros povos monarchicos, não só n'esta Inglaterra tão naturalmente democratica, temos exemplos e experiencias que nos inspirem, evidentemente com as modificações exigidas pelas circunstancias especiaes do paiz, sobretudo pelas condições difficiles do Thesouro.



A questão financeira no presente e no futuro — V. M. acaba d'alludir a uma questão que é exactamente d'aquellas que os portuguezes encaram com muias vivas apprehensões : a questão de Fazenda. Deixará ella, depois de restaurada a Monarchia, de constituir como agora o pesadelo de todos quantos se preocupam com os incertos destinos do paiz?

El-Rei meditou um instante a sua resposta — e nós aproveitamos esse momento de silencio para refletir... que um caudilho revolucionario, em circunstancias analogas, não teria hesitado em prometter ao jornalista um diluvio d'ouro, logo no dia seguinte ao do triumpho.

O Senhor D. Manuel observou, n'aquelle tom ponderado e seguro que imprime ás suas palavras um tão insinuante poder de persuassão :

— O que é verdade é que logo o facto da restauração da Monarchia implicará necessariamente uma redução muito importante das despesas actuais.

Sem que os serviços publicos tenham melhorado, bem ao contrario; sem que a defesa nacional esteja melhor preparada; sem que a causa da instrucção tenha recebido quaesquer benefícios na organização ou no material; sem que reformas sociaes tenham absorvido recursos do Estado; sem que se realissem trabalhos de fomento economico; sem que se construissem, ou reparassem sequer, portos, docas, vias ferreas, estradas, obras d'irrigação; sem que o funcionalismo publico se encontre melhor remunerado; emfim, sem nenhum proveito visivel para o paiz no seu conjunto ou em qualquer das suas classes, o certo é que as despesas publicas cresceram espantosamente desde o estabelecimento da Republica. Gasta-se mais, devemos mais, a circulação fiduciaria aumentou inconsideradamente e os governantes vêem-se forçados a recorrer a uma tributação extenuante, repetindo funestamente o desacerto do homem da fabula, que matou a gallinha dos ovos d'ouro.

O que isto significa é que todo esse injustificado excesso de despesas resulta da Republica — das suas necessidades proprias, dos seus processos, dos interesses privados a que ella tem de satisfazer e da incompetencia administrativa do seu pessoal dirigente e da sua burocracia adventicia. Portanto, os dispendios que nasceram com a Republica e lhe são inherentes, acabarão ao mesmo tempo que ella. Como se sabe, só esta verba atinge uma cifra que no nosso orçamento é muito considerável.

O que não poderá todavia remediar-se tão promptamente são os danos já causados pela administração republicana á situação financeira do paiz.

Sob a Monarchia, esta situação não era desembarrizada, mas tambem não dava azo a grandes appreensões. Tinha passado o periodo do seu aggravamento — em grande parte justificado pelas necessidades, imprescindiveis do fomento, pois os governos monar-

chicos, desde 1850 para cá, isto é, n'um espaço de 60 annos, tiveram que dar ao paiz o que lhe faltava em civilisação material, em commodidades, em meios de communication e em instrumentos de trabalho, e que era tudo por assim dizer. Os adversarios do regimen monarchico falam muito na divida legada pelo nosso constitucionalismo, mas não fazem o balanço dos melhoramentos materiaes e reproductivos com que foi preciso dotar apressadamente um paiz que, saindo d'um longo e tormentoso periodo de guerras e devastações, desde as invasões francesas até ao termo das luctas civis, despertava d'esse pesadelo no meio d'um mundo transformado por mil novas conquistas do progresso.

Em pouco mais de dois annos de governo republicano os novos encargos criados a Portugal teem sido n'uma proporção bem mais avultada do que aquelles que contraiu o regimen monarchico constitucional; véremos, ao finalizar esta aventura, quaes são os benefícios materiaes que a Republica deixa ao paiz em compensação dos sacrifícios que lhe exigiu.

Entretanto, o movimento da nossa regeneração financeira era sensivel nos annos precedentes ao sucesso de 1910. Não é segredo para ninguem, porque é hoje um facto oficialmente documentado, que o governo revolucionario encontrou o Thesouro em condições de relativo desafogo. Nenhum perigo financeiro nos ameaçava. Se alguns erros e abusos se tinham commettido — e não conheço paiz em cuja administração elles não se commettam — a tendência geral era para os corrigir. Em fim; a questão financeira, sem deixar de ser uma questão nacional do mais alto interesse, não tinha a gravidade d'uma ameaça permanente à fortuna, ao credito, á honra e ao futuro da nação.

E por outro lado, como o progresso económico do paiz era incontestável e constante, a situação financeira, que o reflecte desde que a administração seja cuidadosa, tendia por isso mesmo para uma correlativa melhoria.

A Republica poderia ter aproveitado a sua excepcional posição de governo revolucionario, de governo de força, para tornar ainda mais desafogadas as condições do erário, restringindo certos gastos e adoptando certas providencias que um governo normal, como eram os governos monarchicos, tem muito maior dificuldade em pôr em prática. O contrario porém é que sucedeu. Essa força discrecional que as circunstancias lhe outorgaram, tem-na o regimen revolucionario utilizado para augmentar prodigiosamente as despezas e os encargos da Fazenda, em beneficio d'interesses que não são certamente os do paiz.

E não ha perspectivas, por mais aterradoras, que o detenham n'este caminho. No fim do ultimo anno a dívida fluctuante excedia 91 mil contos, e uma das ultimas situações semanais do Banco de Portugal dá a circulação fiduciaria em quantia superior a 85 mil e seiscientos contos.

Todavia, não só persistem os exorbitantes dispêndios anteriores, mas incessantemente a Republica imagina outros novos, como se as circumstâncias financeiras do paiz fossem brilhantes.

Nós fazíamos uma administração mais *pot-au-feu*. Não tínhamos as magnificentes comissões de serviço que a Republica outorga, os ordenados esplendidos com que premeia alguns dos seus servidores, mas também quando, por exemplo, a circulação fiduciaria se approximava de 70 mil contos os ministros da Fazenda apertavam as mãos na cabeça e não pensavam senão nos meios de a reduzir sem demora a proporções mais modestas.

— Parece então a V. M. que a situação financeira do paiz é sem esperança?

— Abstenho-me de lhe dizer o que penso da questão financeira portuguesa no caso que o governo republicano subsistisse ali com demora. Restaurada porém a Monarchia, conseguida desde logo e por esse facto a importante redueção de despesas a que já alludi, coactados os abusos e desperdícios que o governo republicano não quer nem poderia já impedir, entre-

gues de novo a uma burocracia competente a gerencia e a fiscalização dos dinheiros publicos, confio em que os governantes monarchicos, que tinham encaminhado o paiz para a regeneração financeira, poderão continuar a sua obra, embora lhes seja necessário vencer as dificuldades novas, criadas pelo desvairamento da administração republicana.

Creio que a Restauração, por isso mesmo que ha-de entrar no paiz com força e com prestigio, poderá imediatamente adoptar, sem ferir quasesquer interesses respeitaveis, as medidas que as condições de Thesouro impoem.

Uma prudente e avisada politica financeira deverá fazer o resto, sem esquecer que as reformas de fomento economico, e principalmente de fomento agricola, indispensaveis no paiz, devem ter na nossa situação financeira uma repercussão benefica e profunda.



Questões Quizemos então aproveitar estas ultimas palavras de Senhor D. Manuel grande piano II para obter da benevolencia de S. M. d'El-Rei alguns esclarecimentos mais amplos sobre o papel exercido por El-Rei na tentativa de resurgimento economico, que se estava realizando no paiz com os mais felizes augurios, quando intercorreu a nefasta aventura republicana.

Por mais que se fale da atmosphera de lisonja, que dizem cercar os Reis, certo é que não existem muitas coisas tão difficéis como apurar com relativa exactidão até que ponto elles influem beneficiamente no governo do Estado. Ha muito quem proclame os seus erros supostos ou reaes ; mas a sua obra util é em geral occultada simultaneamente pelos seus inimigos, em nome d'um interesse muito comprehensivel... e pelos governantes em nome d'uma vaidade que não está menos no fundo da pobre natureza humana.

O Senhor D. Manuel II tem sido n'este particular,

e até certo ponto, mais feliz do que outros Monarchas. O seu interesse, por exemplo, pelas questões que se prendem com a economia de paiz era conhecido já antes da revolução republicana.

Depois d'ella, o antigo e illustre ministro das Obras Publicas, snr. D. Luiz de Castro, no seu volume *Credito Agricola Democratico*, publicado em 1911, veiu declarar, com uma isenção que lhe faz honra, que algumas das suas notaveis medidas de fomento só poderam vingar devido á intervenção do Chefe de Estado. E um economista dos mais auctorizados da Europa, e tambem dos mais insuspeitos, o Dr. Léon Poinsard, escreve em appendice á sua obra famosa *Portugal Inconnu*:

« Já que as circunstancias permittiram que nos « approximassemos d'ele no momento em que podia « considerar-se senhor do futuro, julgamos ser para « nós um dever constatar e declarar firmemente aqui « que o espirito de D. Manuel II era animado das « melhores intenções e do mais vehemente desejo « de exercer intelligentemente e com utilidade para « o paiz as suas elevadas funções de Rei. Tomára « grande e directo interesse pelos nossos estudos « sobre Portugal e empenhava-se em conhecer-lhes « promptamente o resultado. Tivemos de responder « minuciosamente a uma serie de perguntas redi- « gidas pelo seu proprio punho e que denotavam uma « intelligencia muito viva e uma precoce circums- « peccão de espirito pouco vulgar na sua idade.

« Se lhe falton o tempo para fazer alguma coisa que « se visse, se as circumstancias foram particularmente « adversas e duras para este joven principe, impende- « nos o dever de lhe fazermos a justica devida e não « devemos lançar sobre elle responsabilidades que a « outros pertencem.

« Tanto as suas infelicidades como a sua boa-vontade devem conciliar-lhe as sympathias geraes. »

Estimulado por estes depoimentos, beneficiamos pois d'un silencio de El-Rei para observar:

— V. M. disse ha pouco que o mesmo grupo de

pessoas que trabalhava com El-Rei nas obras socines tratava tambem de questões de fomento.

— Preocupavamo-nos sobretudo de questões que se prendiam com o progresso da agricultura, o melhamento das suas condições e dos seus processos. Por exemplo, iamos promptamente iniciar no sul as escolas agrícolas ambulantes. O methodo era muito engenhoso e impressionante, porque se pensava em cada região, no meio d'uma cultura rotineira, tratar umas leiras de terra pelos processos agrícolas mais modernos. O contraste entre os resultados d'uma e da outra cultura era a lição prática mais frisante e decisiva que se podia dar aos lavradores.

Mas o nosso grande projecto era o das obras d'irrigação. É inutil querer resolver em Portugal, d'uma forma definitiva, o problema agrícola, sem resolver o da irrigação, que é fundamental e condiciona inilvidavelmente aquelle. Era pois n'esse sentido que se dirigiam os nossos esforços. Um dos poucos projectos que não figuram entre os que ficaram nas Necessidades, e que fôram numerosos, está aqui: é exactamente o das obras d'irrigação, elaborado por autoridades americanas muito competentes.

E El-Rei, erguendo-se, foi com a sua habitual affabilidade buscar entre os seus papeis um maço volumoso, que contém um projecto completo d'irrigação do paiz, com os respectivos estudos detalhados, relatorios, orçamentos, cadernos d'encargos. Mas enquanto eu o passava pelos olhos, S. M. ia citando decór os seus topicos, as suas conclusões principaes, as suas cifras.

A memoria d'El-Rei — a lendária memoria dos Braganças — é com efecto prodigiosa, e comprehende-se como lhe seja um inestimável auxiliar para o surprehendente conhecimento que S. M. tem das coisas publicas.

Este juvenil Monarca, que ha cinco annos subiu inesperadamente ao throno, conhece os homens e os episódios da politica constitucional, nos seus mais

insignificantes pormenores, como se em tudo se tratasse de coisas e pessoas de seu reinado.

Ouve-se El-Rei falar, com uma grande abundancia de detalhes, de incidente parlamentar quo deitou abaixo tal ministro. E tem-se a principio a impressão de que foi um ministro do snr. Wenceslau de Lima, ou do snr. Campos Henriques. Não : trata-se de Barjona, de Saraiva de Carvalho ou de Rodrigues Sampaio.

Refere o Senhor D. Manuel passo a passo certa diligencia diplomatica junto do Quai d'Orsay, o que disse o representante de Portugal, o que lhe responderam, que difficuldades encontrou, como se decidiu a questão. Foi o snr. Conde de Sousa Rosa? Não : foi um ministro plenipotenciario do Senhor D. Luiz I!

E assim como S. M. é uma chronica viva da politica do seu paiz, do mesmo modo é lícito dizer sem irreverencia, que El-Rei poderia ser o secretario geral de todas as repartições do Estado : o Senhor D. Manuel conhece com effeito toda a legislação que as rege, citando-a sempre que vem a propósito, e sabe precisamente o estado de todas as questões d'administração em que se fala. Um Chefe d'Estado possuidor d'estas faculdades é o mais preceloso collaborador dos seus ministros.



Notando o entusiasmo com que o Senhor D. Manuel se referia ao projecto realmente gigantesco da irrigação artificial de paiz, que faria só por si a gloria do Rei ou do estadista que a levasse a cabo, não podemos furtar-nos a murmurar :

E' deploravel, meu Senhor, que todo esse conjuneto d'esforços se tenha inutilizado no meio d'un vendavel politico !...

— Inutilizado, não — corrigiu El-Rei — E' uma obra a proseguir, essa do nosso resurgimento economico.

Imagino que todo o trabalho dos dirigentes, no sentido d'imprimir á vida economica de Portugal o

desenvolvimento que elle pôde e merece ter, deverá obedecer a um plano geral, sensato, pratico, exequivel, mas completo e harmonico ; e este por seu turno tem como condição um conhecimento aprofundado, consciente e minucioso das condições economicas e sociaes do paiz, em toda a sua melindrosa complexidade.

Foi com este pensamento que nós promovemos a ida a Portugal do Dr. Léon Poinsard, economista e sociologo eminentes, e pessoa auctoradissima não só pela sua alta competencia scientifica mas ainda porque, como estranho ao paiz, estava por isso mesmo isento de todas as preoccupações d'escola, de todos os preconceitos da tradição e da rotina que pudesse perturbar a calma e a imparcialidade das suas observações.

Chamámos-o como se chama om edico á cabeceira d'un doente, para diagnosticar o mal e lhe prescrever o tratamento. Os seus estudos, que estão em parte publicados, eram destinados a servir de base a todo o nosso trabalho ulterior.

Embora sejam incalculaveis os danños causados á nossa economia publica pelo governo republicano, cuja obra é n'isto como em tudo mais verdadeiramente vandalica, cumpre ter fé no paiz, cujos admiraveis dotes de laboriosidade tenaz e intelligente lhe teem permittido sobreviver a outras catastrophes e resarcir-se dos seus efeitos.

Deixe afastar-se, com a Republica, a tormenta politica que vinha pesando ha muitos annos na nossa atmosphera nacional, e verá como o paiz entra depressa n'uma convalescença que deve ser o prenuncio do seu rejuvenescimento.

O portuguez, subtrahido ás suggestões maléficas a que o temperamento meridional é alias tão accessivel, torna-se logo um soberbo exemplo d'energia, de fecundo trabalho e de bom senso. Tal é o caso da nossa admiravel colonia no Brasil.

Veja que esplendida obra ella realisa e como tem o sentimento claro das conveniencias politicas da nação, como vê nitidamente os nossos destinos historicos, e

com que lealdade, com que intransigencia, com que austerdade, com que inabalavel fé patriótica os serve !

Nunca por certo, a constituição económica da nação foi tão violentamente atacada nos seus órgãos vitais, de maneira directa e indirecta, como o tem sido pela ousada incapacidade do governo que existe em Portugal. Mas as sociedades teem quasi sempre uma capacidade de resistencia a estes golpes, alem de tudo quanto se prevê. Confemos em que o paiz retome posse da sua vontade e dos seus destinos antes que o regimen actual lhe suffoque o ultimo sopro de vida.

E então cumprirá a todos os bons portuguezes, desde o Rei ao cidadão mais obscuro, dedicarmo-nos á obra de reconstrução nacional com o fervor, a paixão, o cuidado absorvente com que se entrega á reconstituição da sua fortuna o comerciante ou o industrial arruinado por um incendio, por uma guerra, por um qualquer desastre tremendo e imprevisto.

A Monarchia — Demais, o restabelecimento económico do paiz virá com a restauração da ordem e da lei, com a reintegração dos cidadãos no goso dos seus direitos públicos e privados, com a paz material e a paz dos espíritos que só podem ser asseguradas pela Monarchia. A questão política, que é a origem de toda a presente perturbação da vida nacional, não pôde desapparecer sob a Republica desde que esta se encontra sobreposta a um paiz monarchico — e sem falarmos mesmo dos processos por que ella pretende impôr-se. Mas essa questão desapparecerá com a Monarchia, desde que esta é o regimen natural do paiz, e desde que por outro lado a experiência republicana, decepcionando os que estavam illudidos, não deixa de si no paiz senão uma memoria d'opressões, de horrores, de miseria, de lucto e de sangue.

Não é uma minoria de revolucionarios a todo o transe que poderá sob o regimen monarchico per-

turbar de facto a tranquillidade nacional, logo que deixaram d'existir todos os pretextos para conceder á sua propaganda e aos seus actos os favores extra-legaes do tempo antigo. E como estes não podem nem devem continuar, essa propaganda é inane.

Algumas palavras sobre o domínio colonial Como solicitassemos da benevolencia de El-Rei as suas impressões sobre o que incessantemente se escreve na imprensa europeia e o muito mais que consta relativamente ao nosso domínio colonial, S. M. tomou de subito uma attitude reservada e disse, com manifesto desejo de poupar as suas palavras :

— Dos povos que originariamente se entregaram aos descobrimentos e à conquista, houve um só que conservou até agora a sua situação de grande potencia colonial. Foi exactamente o mais reduzido em territorio metropolitano, o que menos elementos de força possuia para entre as nações impôr a sua vontade e os seus direitos : foi Portugal.

Este prodigo realizou-o o nosso paiz com a Monarquia, e desvaneço-me de que a politica externa da casa de Bragança tenha colaborado n'elle, auxiliando a obra dos guerreiros, dos administradores e dos diplomatas.

Os factos dirão se a Republica conserva até o fim o nosso imperio colonial, tal como o encontrou ao tomar conta do poder...

(Continua)

ANNIBAL SOARES.